



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO ESPECIAL PEC 32 – REFORMA ADMINISTRATIVA

#### REQUERIMENTO Nº DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Especial PEC 32 – Reforma Administrativa, a fim de debater os impactos da PEC 32/2020 para os atuais empregados públicos no que diz respeito aos direitos adquiridos, na permanência do trabalho e na negociação coletiva.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão Especial PEC 32 – Reforma Administrativa, a fim de debater **os impactos da PEC 32/2020 para os atuais empregados públicos no que diz respeito aos direitos adquiridos, na permanência do trabalho e na negociação coletiva.**

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados que poderão compartilhar as informações, análises e esclarecimentos fundamentais às/aos parlamentares que integram esta Comissão na formação do convencimento imprescindível e anterior ao exercício deliberativo:

- Deyvid Bacelar, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP)
- Fabíola Antezana, diretora do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF), dirigente da CNU e integrante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE);





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Fausto Augusto Júnior, Diretor Técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE
- Marcos Cesar Alves Silva. Vice-Presidente ADCAP – Associação dos Profissionais dos Correios
- Sergio Takemoto, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Não obstante, a definição final de todos os convidados a debater este tema poderá se dar após a aprovação do requerimento pelo Plenário da Comissão, assegurando-se a equidade entre as posições favoráveis e contrárias à Proposta de Emenda Constitucional.

### JUSTIFICAÇÃO

A proposta de reforma constitucional constante da PEC 32, se aprovada, provocará impactos substanciais não somente em relação aos servidores e empregados públicos que venham a ingressar na administração pública nos três níveis federativos posteriormente à vigência da PEC como afirmam defender parlamentares favoráveis à mesma. **Até o presente momento, pouco vem se debatendo a respeito dos impactos desta PEC para os empregados públicos, apesar destes empregados serem a força de trabalho das estatais do país, essenciais para o desenvolvimento nacional soberano.**

O Governo enfatizou, desde a apresentação da PEC 32/2020 (“reforma administrativa”) que as medidas não afetariam os servidores e os **empregados públicos atuais**. A base parlamentar continua replicando esse discurso, em que pese a observação divergente de alguns, inclusive do relator da matéria designado na CCJC, que sinalizou alguns pontos necessários de ajuste do texto para garantir que não sejam alcançados os direitos dos atuais.

Alguns temas indicam que haverá impactos indiretos para os atuais empregados públicos, como por exemplo deterioração do ambiente laboral e dificuldade na prestação dos serviços. Por outro lado, alguns pontos indicam impactos imediatos e diretos aos





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

atuais empregados públicos, como a possibilidade de extinção do vínculo dos empregados públicos com a aposentadoria, impactos na estabilidade de empregados públicos com a vedação de negociação coletiva sobre o tema, e a vedação da concessão e permissão de revogação de direitos.

Portanto, as mudanças estruturantes propostas impactarão os efetivos atuais, de forma indireta, e alguns específicos dispositivos da Proposta alcançam diretamente os empregados públicos atuais, motivo pelo qual esta Comissão deve aprofundar o tema e, desta forma, produzir os subsídios imprescindíveis à tomada de decisão pela Comissão.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 2021.

**Rogério Correia**

Dep. PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214663329200>





## **Requerimento de Audiência Pública** **(Do Sr. Rogério Correia )**

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Especial PEC 32 – Reforma Administrativa, a fim de debater os impactos da PEC 32/2020 para os atuais empregados públicos no que diz respeito aos direitos adquiridos, na permanência do trabalho e na negociação coletiva. Convidados: Deyvid Bacelar, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP); Fabíola Antezana, diretora do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF), dirigente da CNU e integrante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE); Fausto Augusto Júnior, Diretor Técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Marcos Cesar Alves Silva. Vice-Presidente ADCAP – Associação dos Profissionais dos Correios; Sergio Takemoto, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD214663329200, nesta ordem:

- 1 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 2 Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)
- 3 Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP)
- 4 Dep. Rui Falcão (PT/SP)
- 5 Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)
- 6 Dep. João Daniel (PT/SE)

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia e outros

Para verificar a autenticidade, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214663329200>

